

Senado Federal

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

Curso de Extensão “Comunicação, Legislativo e Sociedade”

Aluno: Pedro de Castro Amaral Vieira (matrícula: 323801)

O fantasma da democracia -

O engajamento da imprensa brasileira em ano pré-eleitoral (2017)

Brasília, dezembro de 2017

Para Alexandra Elbakyan*

Em artigo publicado recentemente na grande imprensa, o historiador José Murilo de Carvalho analisa o que diagnostica como incapacidade da classe dominante brasileira de lidar com a ascensão do povo como ator relevante do jogo político, portador de demandas novas em país marcado pela desigualdade. Segundo os dados por ele colhidos, em 1930 votavam 5% da população; em 1945, com a redemocratização, eram habilitados 13% dos brasileiros (agora incluídas as mulheres); em 1960, o número subiu a 18%; em 1986 chegou a 47% e afinal, no pleito de 2014, 71% dos brasileiros estavam habilitados a votar – nada menos que 140 milhões de cidadãos. “Um tsunami de povo no sistema representativo”, nas palavras de Carvalho, que conclui:

[...] Ainda estamos lutando com o problema de construir uma democracia inclusiva, capaz de sustentar governos representativos que possam combinar estabilidade institucional com implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades da maioria dos representados. [...] Seria plausível atribuir a instabilidade de nossos governantes no poder à incapacidade de processar a entrada tardia do povo na política.¹

* Jovem cazaque, bacharel em Informática, criadora do site <http://sci-hub.bz>, que possibilita o acesso gratuito a artigos científicos, desafiando as editoras de que detêm o oligopólio desse serviço.

¹ CARVALHO, José Murilo de. Ecos do passado – Brasil não sabe lidar com o povo na política. *Folha de S. Paulo, Ilustríssima*, p. 3, 28/05/2017.

Talvez não seja preciso, tampouco viável, no curto espaço deste artigo, descrever a situação de turbulência político-institucional que o Brasil atravessa atualmente, na esteira de um controverso processo de deposição da presidente da República e em meio ao avanço de uma investigação anticorrupção que ameaça lideranças de quase todo o espectro político-partidário – a começar pelo atual Chefe de Estado –, ao mesmo tempo em que atropela garantias inscritas na Constituição e contribui para agravar o quadro de estagnação econômica. Notemos, contudo que, de par com a violência epidêmica, a desigualdade segue sendo uma característica-chave da formação social brasileira, destacando o país de modo vexaminoso no conjunto das nações e lançando uma sombra de incerteza sobre seu futuro. Estudo divulgado recentemente pela organização Oxfam, por exemplo, mostrou que seis brasileiros concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país (praticamente metade da população de 207,7 milhões). Além disso, o estudo mostrou que os 5% mais ricos detêm a mesma renda que o restante da população; e que, mantidas as condições vigentes, as mulheres ganharão como os homens somente em 2047 e a equiparação entre negros e brancos se dará apenas em 2089 (logo após, acrescento, o bicentenário da Lei Áurea)². Por sua vez, dados da PNAD divulgados pelo IBGE apontam que o 1% mais rico da população (889 mil pessoas, segundo o instituto), que é também o estrato com escolaridade mais alta, percebe 36 vezes a renda média da população.³

Para o economista Marc Morgan, “a História recente indica que houve uma escolha política pela desigualdade e dois fatores ilustram isso: a ausência de uma reforma agrária e um sistema que tributa os mais pobres.” Segundo o pesquisador, programas de transferência de renda têm impacto na redução da desigualdade, visto que as transferências chegam aos mais pobres, mas o sistema tributário injusto faz com que o ganho líquido se torne menor. [...] Fora que as transferências são financiadas por impostos que incidem sobre o consumo. E como o

² EL PAIS. Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html?id_externo_rs_oc=TW_CC. Acesso em 20/11/2017.

³ VALOR ECONÔMICO. IBGE: 1% mais ricos ganham 36 vezes a renda média de metade da população. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/5211495/ibge-1-mais-ricos-ganham-36-vezes-renda-media-de-metade-da-populacao. Acesso em 30/11/2017.

consumo pesa mais no orçamento dos mais pobres, é possível dizer que os mais pobres estão pagando por parte das transferências que recebem.⁴

Essa brutal desigualdade – de renda, de escolaridade... de tudo, enfim, que define qualidade de vida e condiciona perspectivas de futuro, bem como a lenta absorção, pelo sistema político, da acelerada expansão do eleitorado brasileiro no último século, reflete-se, como não poderia deixar de ser, no contraste, ou mesmo fosso, entre a representação parlamentar e o conjunto da sociedade. Vejamos, por exemplo, este quadro comparativo:

	Brasil	Câmara dos Deputados
Gênero	51% mulheres / 49% homens	mulheres 9,9% / homens 90,1%
Etnia	47,7% brancos / 50,7% negros 1,09% amarelos / 0,43% indígenas	80% brancos / 20% negros
Ensino	49,2% fundamental incompleto / 14,6% fundamental e completo e médio incompleto / 24,6% médio completo e superior incompleto / 11,3% superior completo / 0,3% não determinado	1% fundamental incompleto / 2,7% fundamental e completo e médio incompleto / 16,2% médio completo e superior incompleto / 80% superior completo
Renda média	R\$ 2.134,00	R\$ 33.763,00

(FONTE: *Galileu*, nº 288, julho de 2015)

Outro reflexo dessa brutal concentração de poder e renda, e também mecanismo fundamental para sua manutenção, é uma concentração da propriedade dos meios de comunicação, que, em face de um marco legal ineficiente para promover a pluralidade (impedindo, por exemplo, a propriedade cruzada), assume a característica de oligopólio. Segundo a pesquisa *Monitoramento da Propriedade da Mídia*, cinco famílias controlam metade dos veículos de mídia com maior audiência – a família Marinho, proprietária do Grupo Globo, detém nove dos 50 maiores veículos, e seu conglomerado alcança, sozinho, audiência maior que aquelas do 2º, 3º, 4º e 5º grupos somadas.⁵

Ora, nesse quadro, não é de espantar que, divergências e disputas comerciais à parte, exista uma apreciável similaridade de linhas editoriais entre os principais veículos, por assim dizer, oligárquicos, especialmente no que refere a temas político-

⁴ FOLHA DE S. PAULO. Desigualdade no Brasil é escolha política, diz economista. *Mercado*, 25/09/2017.

⁵ CAROS AMIGOS. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do País, indica relatório. Disponível em: www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/11197-cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio. Acesso em 07/11/2017.

econômicos considerados sensíveis ou mesmo vitais para as famílias proprietárias. No artigo “*O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira*”, Francisco Fonseca mostra como, há três décadas, os quatro principais periódicos diários da imprensa brasileira atuaram, de forma militante e uníssona, no combate à ordem social que se erigia no marco da Constituinte (1987-1988), e no correspondente empenho em prol de uma hegemonia ultraliberal. Segundo autor, por meio de seus reiterados artigos editoriais, a grande imprensa (*Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo*) “[...] se opõe aos direitos sociais [...] quando afirma que a ‘mentalidade atrasada’ precisava ser substituída pela visão ‘moderna’ do mundo, que valorizava a ‘iniciativa privada’ pela via do ‘mercado livre’”.⁶

Vejamos dois exemplos, colhidos por Fonseca:

A Constituinte embarcou em um caminho de distribuição de benefícios sociais cujo produto só pode ser um e único: redução da taxa de investimentos, com o conseqüente atraso econômico. (*Jornal do Brasil, 28/02/1988*)

A produtividade cairá, inevitavelmente. [...] Será lamentável que, por falta de informação e análise aprofundada das questões, venhamos a ter uma Constituição que, na ilusão do avanço, produza o retrocesso no campo das relações de trabalho. (*O Globo, ?/07/1988*)⁷

É fácil notar como, de lá para cá, pouco ou nada mudou, no que diz respeito ao empenho das grandes empresas de mídia em defesa de uma agenda conservadora – em face da qual os investimentos sociais são sempre um problema, um atraso, um empecilho –, bem como o recurso retórico ao medo como tática de convencimento (o chamado “terrorismo de mercado”, em que sempre se anuncia uma catástrofe iminente), além do estratagema de encobrir interesses corporativos com objetivos de interesse coletivo, como sejam o crescimento econômico e a geração de empregos. Na narrativa dos chamados *jornalões* (leitura, por assim dizer, obrigatória no meio político-empresarial), uma entidade chamada “mercado”, representada em geral por consultores de grandes empresas, expõe seus medos, anseios e expectativas – até mesmo humores – e, como pitonisa da Grécia antiga, anuncia a catástrofe que irá advir caso não seja

⁶ FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, vol. IX, nº2, outubro de 2003, p. 76.

⁷ IDEM. *Ibidem*, páginas 76-77.

implementada sua agenda político-econômica. No decorrer do ano de 2017, que antecede eleições presidenciais, esse proselitismo noticioso (que transforma as coberturas de política e economia, na prática, em grandes editoriais, contrariando os ditames dos manuais de redação) assumiu duas vertentes, umbilicalmente ligadas: a primeira é a defesa diuturna das reformas liberalizantes, ou seja, a reforma trabalhista e sobretudo a previdenciária, que encontra maiores entraves políticos para sua aprovação; a segunda, decorrente justamente da incerteza em relação à aprovação das reformas exigidas pelo chamado mercado, é a caracterização do próprio processo eleitoral como um entrave, um estorvo.⁸

Assim, quando da ascensão de Rodrigo Maia, parlamentar de credenciais políticas até então pouco conhecidas, à presidência da Câmara dos Deputados, com a possibilidade de assumir a presidência da República em face de um possível afastamento de Michel Temer, o *Valor Econômico* noticiou:

Um fator que de alguma forma *tranquiliza o mercado* num cenário Maia é a ideia de que o presidente da Câmara não alteraria a composição da equipe econômica – para o mercado financeiro, o grande pilar do governo Temer. [...] Entre os pontos que geram alguma ressalva sobre a subida de Maia à Presidência da República está o receio de que ele amenize o discurso a favor das reformas. Isso porque o líder da Câmara tem à frente carreira mais longa na política que o presidente Temer. E uma *agenda impopular*⁹ neste momento de descrença na política como um todo poderia colocar em xeque outras aspirações do hoje presidente da Câmara.”¹⁰

⁸ Sobre as controvérsias em torno da proposta de reforma da Previdência defendida pelo atual governo, veja-se: “Relatório da CPI da Previdência diz que não há déficit – parecer de 253 páginas indica erros na reforma proposta pelo governo e aponta como causas da crise do setor a má gestão, sonegação e desvio de recursos para outros usos” (*Jornal do Senado*, nº 4.796, 24/10/2017). Referido relatório está disponível em:

legis.senado.leg.br/comissões/mnas?codcol=2093&tp=4. Acesso em 04/12/2017.

⁹ Interesse notar a consciência, por parte do jornal, de que o ideário defendido pelo veículo em consonância com boa parte do seu leitorado não é abraçado pelo conjunto da população. Assim, em 17/11/2017 (*Política*, A8), o *Valor* noticiou: “Pesquisa sugere baixa adesão de brasileiros a teses conservadoras”. No corpo da matéria, lemos: “O estudo [realizado pelo instituto Ideia Big Data] mostrou [...] que há forte apoio dos brasileiros à atuação do Estado para garantir igualdade de oportunidades, proteção dos mais pobres, aposentadoria dos mais velhos e crescimento econômico do país. [...] Já a bandeira da redução dos impostos, muito cara ao pensamento conservador e muito defendida por políticos de direita e entidades empresariais, não é vista como prioridade.”

¹⁰ VALOR. Maia amplia contatos com agentes econômicos. *Especial*, A12, 7/07/2017, grifos meus. Maior jornal de economia do país, o *Valor Econômico* integra, junto a *O Globo* e *Extra*, o portfólio de jornais de circulação diária de propriedade do Grupo Globo. Segundo dados da Associação Nacional de Jornais – ANJ, no ano de 2015, *O Globo*, 2º no ranking dos maiores jornais brasileiros de circulação paga, alcançou uma média de circulação (impresso) de 193.079 exemplares. A média

A defesa dogmática das reformas prossegue em entrevistas e artigos de especialistas publicados no *Valor* ao longo de 2017: “Sem uma reforma da Previdência [...] é difícil imaginar um cenário que não termine em crise. [...]’ Mantida a agenda de reformas, a agenda pode decolar em 2019, avalia a pesquisadora” (A3, 24/10/2017); “Sem reformas, cenário mais provável é de alta de impostos e serviços de pior qualidade” (A12, 30/11/2017). Na mesma linha seguem outros veículos: “Barganha política em torno da reforma e PSDB sugerindo desidratar ainda mais o texto levam instabilidade ao mercado” (*Folha de SP, Mercado*, A21, 30/11/2017); “Sem reforma, Previdência custará R\$ 110 mil a cada jovem” (*O Globo*, primeira página, 30/11/2017).

Como vimos, diante da incerteza em face da implementação de uma agenda de reformas francamente impopular, o próprio processo eleitoral passa a ser demonizado, anunciado como ameaça pelas pitonisas de plantão. Em entrevista ao *Valor*, o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, diagnostica: “O que mais atrapalha a recuperação neste momento provavelmente ainda é 2018 [ano de eleições presidenciais].” E alerta para o risco de que o país, saído das urnas, “[...] descambe para algum tipo de populismo que fatalmente, com a economia tão fragilizada, seria trágico” (*Especial*, A14, 12/07/2017). É da mesma opinião, entre a análise e a profissão de fé política, outro especialista ouvido pelo veículo: “[...] a ameaça concreta de vitória de um candidato que não priorize as reformas, inviabilizando a sustentabilidade fiscal, poderia gerar uma alta dos juros de longo prazo” (*Finanças*, C1, 20/10/2017, grifo meu). E a pregação segue: “O menor otimismo em relação à atividade decorre em grande parte da importância e da imprevisibilidade das eleições do ano que vem, que afetam negativamente os investimentos. ‘A queda dos juros rema de um lado, mas as eleições remam do outro’”, afirma um representante de instituição financeira” (28/07/2017). Na *Folha*, a preocupação com o pleito não é diferente: “Eleições podem postergar recuperação de crédito para empresas, diz Itaú” (*Mercado*, 31/10/2017); “Indefinição eleitoral retarda investimento [...] Identificar quem será o próximo presidente vai balizar o destino da agenda de reformas, considerada vital” (*Mercado*, A23, 22/10/2017). E afinal, em manchete memorável, a *Folha* traz o esclarecimento de que a via do autoritarismo – resguardadas as *sagradas* reformas liberalizantes – é tida como aceitável pela entidade que paira sobre o processo político, cuidando de conduzi-

do *Valor*, 17º no mesmo ranking, foi de 41.431 exemplares. Disponível em: www.anj.org.br/majores-jornais-do-brasil/. Acesso em 07/11/2017.

lo: “Mercado flerta com agenda reformista de Bolsonaro” (*Mercado*, A23, 12/11/2017).¹¹

O incômodo da elite econômica com o processo eleitoral, e portanto, em última análise, com a democracia (o que a leva a flertar abertamente, hoje como ontem, com saídas autoritárias), nos põe diante de uma questão crucial, a saber: é possível haver democracia, nos moldes liberais, em sociedade como a brasileira, estruturada por uma desigualdade abissal – na qual, portanto, o conflito distributivo entre o exíguo “andar de cima” e o vasto “andar de baixo” é de difícil pactuação?

Por fim, em face desse verdadeiro assédio comunicativo, em que uma única agenda político-econômica ocupa, diuturnamente, a maior parte do noticiário, quase sem contraditório, uma hipótese se insinua: a construção de uma democracia inclusiva, tarefa inacabada apontada por José Murilo de Carvalho no artigo aqui citado, passa necessariamente pelo estabelecimento de um ambiente comunicativo desconcentrado e plural, como preceituado pela Constituição Cidadã que nossos barões da mídia, sempre empenhados em defender as mudanças necessárias para que nada mude, tanto combateram e combatem.

¹¹ A propósito, vide CARVALHO. Laura. A metamorfose de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo, Mercado*, A23, 16/11/2017.